



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010013-70.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Junio dos Santos e outro**  
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Eduardo Montes Netto**

Vistos.

Trata-se de ação de indenização por danos morais ajuizada por **JUNIO DOS SANTOS e DEIVI ROSSI** contra a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, objetivando, em razão do suposto erro judiciário descrito na inicial, o pagamento de indenização por danos morais. Juntaram documentos.

Citada, a ré contestou as fls. 178/190 alegando a ausência de responsabilidade, a inexistência de erro judiciário e de danos morais. Juntou documentos.

**É o Relatório.**

**Decido.**

Passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, I do código de Processo Civil.

O pedido é improcedente.

As prisões em flagrante ocorreram em 16/08/2015 (fl. 191).

De acordo com o auto de reconhecimento de pessoa de fl. 229, os autores foram reconhecidos por Priscila Picon e Soeli Aparecida Costa Picon como os autores do roubo ocorrido na Drogaria Alan Kardec, onde foram individualizadas as supostas condutas criminosas de cada um deles. Reconheceram ainda a suposto motocicleta utilizada no assalto (fl. 230).

Suelen Botelho reconheceu Junio dos Santos com “80% de certeza” como sendo um dos indivíduos que lhe roubou dois aparelhos celulares (fl. 231). Também reconheceu o veículo (fl. 232).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Diante disso, a prisão em flagrante dos autores foi convertida em preventiva na fundamentada decisão de fls. 385/386, em 17 de agosto de 2015.

Contra tal decisão foi impetrado Habeas Corpus no Tribunal de Justiça deste Estado, tendo sido indeferido o pedido de concessão de liminar, por ter entendido o Desembargador Relator pela presença dos requisitos necessários à concessão da cautela pretendida (fl. 271).

Somente com a reinquirição das vítimas Patrícia e Soeli foi possível afastar os indícios de autoria sobre os autores, porque elas disseram que a pessoa que realizou a abordagem tinha uma tatuagem na perna, característica que nenhum dos autores apresentava na época (fls. 452/455).

Diante disso, foi determinada a expedição de alvará de soltura dos autores em 20 de agosto de 2015 (fl. 262) e o inquérito acabou sendo arquivado em 26 de agosto de 2015.

Assim, concluiu que a prisão dos autores decorreu de decisão fundamentada com o preenchimento dos requisitos legais, não se verificando a existência de ato doloso, fraudulento, praticado com abuso de poder, arbitrariedade ou com erro grosseiro, inexistindo o dever de indenizar.

Nesse sentido:

"APELAÇÃO – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – DANOS MATERIAIS E MORAIS – Prisão em flagrante e posterior arquivamento do inquérito policial diante da ausência de indícios de autoria com relação ao autor – Art. 5º, inciso LXXV, da Constituição Federal que somente prevê a indenização por erro judiciário ou excesso de prisão, decorrentes de condenação – Ilegalidade do ato não configurada – Decisão fundamentada, preenchidos os requisitos legais, prisão que não consistiu em ato doloso, fraudulento, praticado com abuso de poder, arbitrariedade ou com erro grosseiro – Inexistência do dever de indenizar – Sentença mantida e recurso desprovido." (TJSP – Apelação nº 0025052-87.2010.8.26.0053, Relator(a): Moreira de Carvalho, Comarca: São Paulo, Órgão julgador: 3ª Câmara Extraordinária de Direito Público, Data do julgamento: 15/02/2016, Data de registro: 16/02/2016)

Posto isso **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido, com fulcro no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil.

Em razão da sucumbência, responderão os autores pelo pagamento de honorários advocatícios que fixo em 10% do valor atualizado atribuído à



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

causa, observada a regra prevista no art. 98, parágrafo 3.º, do mesmo Código, diante da decisão de fl. 171.

P.I.

São Carlos, 15 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**